OFERTA DA
INSPETORIA REGIONAL DE ESTATISTICA
AMAZONAS
INSPETORIA REGIONAL
MANAUS

TERRITÓRIO
do
RIO BRANCO

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO PINOTTI MONTEIRO

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SEC-39502
-2501-

TERRITÓRIO do RIO BRANCO

☆ *ASPECTOS FÍSICOS: área total — 214 316 km². Capital: área — 157 131 km²; altitude 90 m (da estação meteorológica); Temperatura média em ºC: das máximas — 31,9; das mínimas — 25,5; precipitação anual: 1 887,5 mm.*

☆ *POPULAÇÃO: 18 116 habitantes em 1950; densidade demográfica: 1 por 11,8 quilômetros quadrados. Capital: 17 247 habitantes (30% sôbre o total do Município e 28% do total do Território).*

☆ *BASE ECONÔMICA: agropecuária e indústria extrativa (diamantes).*

☆ *RIQUEZAS MINERAIS: diamantes, bauxita, cassiterita, cristal de rocha, etc.*

☆ *TRANSPORTES: 285 km de rodovias. Veículos em tráfego: 16 automóveis, 46 caminhões, 4 ônibus, 9 motocicletas e 12 outros veículos. 3 emprêsas de navegação fluvial, 1 aeroporto.*

☆ *ASPECTOS URBANOS: (na Capital) 1 042 prédios 420 ligações elétricas; 4 pensões; 1 hotel; 1 teatro estudantil; 1 cine-teatro e 1 cinema.*

☆ *ASSISTÊNCIA MÉDICA: 1 hospital com 50 leitos; 11 postos médicos, 10 médicos e 17 enfermeiros no exercício da profissão.*

☆ *ASPECTOS CULTURAIS: 26 unidades de ensino primário; 1 de ensino pedagógico e 1 de ensino secundário; 3 periódicos e 1 biblioteca com 1 989 volumes.*

☆ *FINANÇAS DA CAPITAL DE 1953: (em milhares de cruzeiros) receita total arrecadada — 1 915; receita tributária — 1 409; despesa realizada — 1 925.*

NOTÍCIA HISTÓRICA

O ANO de 1858 pode ser considerado o marco inicial da colonização e da incorporação efetiva da bacia do Rio Branco à Nação, uma vez que apenas a 9 de novembro daquele ano se fazia referência àquela região na legislação amazonense, à qual estava subordinada. A Lei provincial n.º 92, daquela data, ao relacionar as freguesias existentes no Amazonas, estabelecia que a sede da freguesia do Carmo seria "acima das cachoeiras do Rio Branco, no lugar denominado Boa Vista".

Depreende-se do ato oficial que já existia àquela época um pequeno núcleo populacional implantado às margens do Rio Branco, mas que apenas no ano mencionado merecia vaga e pouco expressiva atenção dos poderes governamentais.

Em períodos anteriores, porém, ela já havia sido percorrida em vários sentidos por expedições, movidas umas por interêsse científico, outras pelas fantásticas e imaginosas lendas de riquezas fabulosas que envolviam tôda a Amazônia.

As condições de vida naquela localidade eram precárias, lutando seus habitantes com tôda sorte de obstáculos, dos quais as imensas distâncias, agravadas pela quase intransitabilidade de alguns trechos da via natural de comunicações, o Rio Branco; as condições mesológicas, sumamente hostis, constituíam também sérios embaraços ao progresso da região.

Na penúltima década do século passado fêz-se uma tentativa para superar os trechos encachoeirados e que obstavam à livre navegação, mediante a construção de uma estrada marginal, confiando-se sua execução ao engenheiro Alexandre Haag. Mesmo assim não conseguiu aquela região libertar-se do insulamento a que estava fadada, com suas maléficas conseqüências. Era o prolongar-se de um círculo vicioso: sua produção, já de si restrita, defrontava-se com o imenso problema do escoamento e êsse mesmo obstáculo desestimulava qualquer tentativa de incremento.

Anm 1201

Desassistida pela Unidade Federada a que se vinculava, o Estado do Amazonas, incapaz de solucionar ao menos parcialmente suas dificuldades, pois a sua situação financeira não o permitia, o vale do Rio Branco, decantado por quantos o visitavam, jazia na estagnação.

O naturalista Louis Agassiz já preconizara a solução que se lhe afigurava a mais viável: "o govêrno dessas províncias, tão poucos habitantes elas encerram, poderia ser organizado como aquêle dos territórios, que, nos Estados Unidos, são os embriões dos Estados. Êle estimularia as energias locais e desenvolveria os recursos, sem embaraçar a ação do Govêrno Central". Finalmente, foi essa a solução encontrada.

O Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, desligou aquela zona do Estado do Amazonas, instituindo-a em Território, colocado sob a direta administração da União.

O Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, que dispõe sôbre a administração dos Territórios Federais, determina:

.....

b) O Território do Rio Branco será dividido em dois Municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Amazonas, e a parte do Município de Moura, do mesmo Estado, situada a margem direita do rio Anauá e o segundo a parte do mesmo Município de Moura, situada à margem direita do rio Branco, e a parte do Município de Barcelos, também do mesmo Estado, situada à margem esquerda do rio Negro;

.....

A localidade escolhida para capital foi a cidade de Boa Vista, a que melhores condições apresentava. Dos Municípios criados, na realidade, apenas um tem existência definida, o de Boa Vista; o Município de Catrimani até hoje não foi instalado. Iniciou-se, assim, nova fase na vida de Rio Branco.

SITUAÇÃO FÍSICA

POSIÇÃO E LIMITES — O Território Federal do Rio Branco foi inteiramente desmembrado do Estado do Amazonas e está situado na parte mais setentrional do Brasil. Ao Norte, Noroeste e Oeste (parte) faz fronteira com a República da Venezuela, numa extensão de 958 km; a Nordeste e Este com a Guiana Britânica, medindo a linha divisória 964 km.

O ponto extremo setentrional do Brasil está localizado no monte Caburaí, na Serra do mesmo nome (fronteira com a Guiana Inglêsa) a leste da Serra do Roraimã, onde também se localiza o segundo ponto mais alto do Brasil, que é o pico do Roraimã, com 2 772 m de altura.

Possuindo 214 316 km² de área, ou seja, 2,52% da área de todo o Brasil, o Território do Rio Branco é pouco maior que o Estado do Paraná, por exemplo, com 201 288 km², e é o segundo, em superfície, dentre os Territórios Federais, superado apenas pelo Guaporé.

Apresenta êle 3 zonas distintas com características próprias: o Baixo Rio Branco, coberto pela floresta equatorial, com escassa população vivendo do fruto da extração vegetal; no Alto Rio Branco predominam os campos próprios para pastagens e agricultura — os chamados Campos Gerais — e onde se concentra a maior parte da população do Território. Finalmente, a Região Montanhosa, que ocupa uma faixa no extremo norte do Território, é povoada pelos aventureiros que aí vão atraídos pelas fabulosas riquezas minerais, notadamente a exploração do ouro e do diamante.

Altimetria — Grande parte da área territorial (104 428 km²) está compreendida numa altitude que varia de 101 a 200 metros. Boa Vista, a Capital, está situada nessa zona.

Os 109 888 km² restantes apresentam a seguinte distribuição, quanto à altitude:

METROS	KM²
Até 100	24 500
De 201 a 300	53 578
De 301 a 600	19 127
De 601 a 900	10 708
De 901 a 1 500	1 876
De 1 501 e mais	99

Geologia e relêvo — Predominam rochas sedimentares mais ou menos recentes (terrenos

terciários e quaternários) e cristalinas muito antigas (terrenos arqueanos) que vão formar a região montanhosa do Território.

O platô terciário ou terra firme apresenta um relêvo baixo e as vêzes levemente ondulado, apresentando colinas de pouca altura.

A chamada *região montanhosa* ocupa uma estreita faixa no extremo norte do Território — sistema orográfico guiano — e é dotado de elevações consideráveis.

Sua altitude máxima atinge, como já dissemos, a 2 772 m no Pico do Roraimã, na Serra do mesmo nome.

As montanhas pertencem a dois sistemas orográficos principais: o da cordilheira do Parima e o da cordilheira do Paracaima.

Revestimento florístico — A "hiléia" — densas florestas tropicais, quentes e superúmidas, ricas de espécies arbóreas — reveste 72% da área do Território (153 619 km²). É característica da chamada região do Baixo Rio Branco. A vegetação que povoa esta região é tìpicamente amazônica: castanhais, seringueiras, balatais, timbós e tôda a luxuriante vegetação do grande vale.

A área restante é constituída de cerrados, numa extensão de 58 901 km² (27%). São as savanas ou "campos gerais", de vegetação pobre e de pequeno porte. Finalmente existem 1 796 km² (0,80%) de campos.

Hidrografia — Tendo as suas cabeceiras semi-ignoradas na cadeia do Parima, o rio Branco constitui uma bacia hidrográfica própria, diferente, pelos aspectos físicos, da bacia amazônica, da qual, aliás, é tributário.

De acôrdo com a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, o potencial hidráulico da bacia do rio Branco é equivalente a 143 620 c.v. (avaliação correspondente às descargas de estiagem).

O rio Branco é formado pela junção dos rios Tacutu e Uraricuera, à jusante da Fazenda Nacional de S. Marcos. São seus principais afluentes: à margem direita — o Cauamé, o Mucajaí, o Catrimani e o Xeruini; à margem esquerda — o Quitanau, o Cachorro e o Anauá.

O Baixo Rio Branco está separado do Alto Rio Branco pelas rochas gnaiss-graníticas das cachoeiras de Bem Querer e Cujubim, a montante de Caracaraí.

Ao longo de todo o eixo principal do rio Branco há uma faixa aluvionar de extensão

variável, geralmente de natureza argilosa ou silicosa.

O regime das águas é impreciso, havendo enchentes periódicas que alagam as margens baixas, tornando o saneamento dos terrenos alagadiços muito difícil, pelos problemas de drenagem como revestimento ou qualquer outro tipo de engenharia sanitária.

O rio Branco torna-se semelhante aos rios amazônicos a partir de Caracaraí, por causa da multiplicidade de furos, igarapés, paranás, igapós, e pelos fenômenos de assoriamento, erosão, destruição das faixas aluvionárias.

O rio Uraricuera, que desce caudaloso no sentido do WNW-ESE para a bacia do rio Branco, produz um potencial hidrelétrico que foi classificado por HAMILTON RICE entre os maiores do mundo. Aliás, todos os rios que descem do extremo norte do Território para a planície do Baixo Rio Branco apresentam elevado potencial hidrelétrico.

Os rios se distribuem em uma rêde potamográfica bem complexa, apresentando centenas de ilhas, algumas destas importantes, como, por exemplo, a ilha de Maracá, formada pela bifurcação do Uraricuera, no Alto Rio Branco, e muito rica em madeira.

O rio Branco é bastante piscoso: em suas águas encontram-se o pirarucu, o tambaqui, o tucunaré e o jandiá. Nas suas margens e em alguns de seus afluentes há grande quantidade de tartarugas. Aliás, em tôda a bacia do rio Branco há ainda quantidades apreciáveis de animais silvestres, tais como antas, veados, lontras, capivaras, onças, etc.

Clima — Do ponto de vista climático, o Território acha-se dividido, grosso modo, de norte a sul, por uma linha que separa o clima Aw ou de savanas, do clima Am ou de florestas tropicais, da classificação de KOEPPEN. O primeiro ocorre na parte leste, estendendo-se desde os limites extremos setrentrionais do Brasil até a região dos Campos, cobrindo cêrca de 50 ou 60% da área total do Território. Trata-se de um clima caracterizado por uma estação sêca bem acentuada no período do inverno, com temperaturas elevadas e amplitudes das temperaturas médias mensais inferior a 12 °C. O segundo, Am, que ocorre a oeste do Território e ocupa uma área menor que aquela do clima Aw, caracteriza-se por elevadas temperaturas e fortes precipitações, cujo total anual compensa a ocorrência de uma estação sêca, permitindo a existência de florestas tropicais.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A CRIAÇÃO do Território do Rio Branco, pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, está plenamente justificada pelo crescimento demográfico que se verificou na região. O Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística, que calculou o incremento da população em tôdas as Unidades da Federação no decênio de 1.º-IX-940 a 1.º-IX-950, assim se manifesta a respeito do Território do Rio Branco:

População presente em 1.º-IX-1940	12 130
" " " 1.º-IX-1950	18 240
Incremento absoluto	6 110
" percentual	50,37

A população presente em 1.º-IX-1950 foi estimada com base nos censos de 1.º-IX-1940 e 1.º-VII-1950.

O aumento percentual da população coloca o Rio Branco em 4.º lugar, dentre as Unidades da Federação que mais cresceram, demogràficamente, nesses 10 anos:

	Incremento percentual
	%
Território do Amapá	75,48
" do Guaporé	75,44
Paraná	73,83
Território do Rio Branco	50,37

A população estimada para 1-VII-954 foi calculada, à base da taxa média geométrica anual de incremento da população presente nos 2 últimos recenseamentos (1940 e 1950), pelo citado Laboratório de Estatística (41,63 por 1 000 habitantes). Assim, essa estimativa deu ao Rio Branco um total de 21 327 habitantes.

Na data do VI Recenseamento Geral do Brasil, (1.º-VII-950), o Território tinha uma área correspondente a 214 316 km²; com uma população de 18 116 habitantes, a sua densidade é a mais baixa do país: 1 habitante para cada 11,8 quilômetros quadrados. Compare-se com a densidade do Estado do Paraná, cuja área é pouco inferior à sua (201 288 km²): 1 habitante para cada 0,10 quilômetro quadrado.

O Decreto-lei federal n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943, fixou a divisão administrativa do Território do Rio Branco, dividindo-o em 2 Municípios: o de Boa Vista (Capital) e o de Catrimani, até hoje ainda não instalado, fato êsse que determinou, lògicamente, grande con-

centração demográfica no Município de Boa Vista (Alto Rio Branco), ficando o Município de Catrimani (Baixo Rio Branco) pràticamente despovoado, segundo os resultados do último Recenseamento.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO PRESENTE			
	Total	Segundo a situação do domicílio		
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural
Boa Vista	17 247	4 663	469	12 115
Catrimani	869	—	—	869
TERRITÓRIO	18 116	4 663	469	12 984

Como se vê, 95% dos habitantes do Território vivem em Boa Vista.

A cidade de Boa Vista (quadros urbano e suburbano do distrito-sede) tem 5 132 habitantes, o que representa 30% da população do Município e 28% do total do Território.

Na distribuição da população recenseada, em 1950, segundo grupos de idade, predominam os menores de 5 anos numa proporção de 19%.

Merece especial destaque a elevada quota de pessoas de côr parda entre os habitantes do Território: 53% sôbre o total. E' muito grande a contribuição do elemento indígena existente no Território.

Se bem que outrora muito numerosas, as tribos indígenas vão lentamente desaparecendo em virtude de cruzamento. Ainda existem tribos em estado selvagem, vivendo em malocas, falando idioma indígena e conservando seus hábitos nacionais. A maior parte da população indígena habita a parte oeste do Rio Branco, se bem que sejam encontrados índios não civilizados nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana Inglêsa e espalhados pelo vale montanhoso do rio Maú ou nas planícies do rio Tacutu.

O Serviço Nacional de Proteção aos Índios mantém, no Território, 2 postos indígenas: o de São Marcos, localizado no Município de Boa Vista e o de Jauaperi, à margem do rio do mesmo nome, abrangendo índios das tribos Macuxi, Jaricuna, Uapiscana, Angaricó, Macu, Manhongon, Jauaperi e outras.

População presente segundo a idade e a côr — 1.º-VII-1950

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	**18 116**	**9 644**	**8 472**
Segundo a idade			
0 a 4 anos	3 474	1 729	1 745
5 a 9 anos	2 357	1 208	1 149
10 a 14 anos	2 072	1 051	1 021
15 a 19 anos	1 737	851	886
20 a 24 anos	2 052	1 052	1 000
25 a 29 anos	1 905	1 096	809
30 a 39 anos	2 291	1 334	957
40 a 49 anos	1 235	733	502
50 a 59 anos	571	344	227
60 a 69 anos	277	178	99
70 a 79 anos	90	44	46
80 anos e mais	24	14	10
Idade ignorada	31	10	21
Segundo a côr			
Brancos	7 528	4 052	3 476
Pretos	898	611	287
Amarelos	1	1	—
Pardos	9 648	4 960	4 688
Sem declaração de côr	41	20	21

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

População presente segundo a nacionalidade e a religião — 1.º-VII-1950

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	**18 116**	**9 644**	**8 472**
Segundo a nacionalidade			
Brasileiros natos	17 901	9 518	8 383
Brasileiros naturalizados	32	21	11
Estrangeiros	180	105	75
De nacionalidade não declarada	3	—	3
Segundo a religião			
Católicos romanos	17 620	9 362	8 258
De outras religiões	397	220	177
Sem religião	78	49	29
De religião não declarada	21	13	8

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

BASE ECONÔMICA

A BASE econômica de Rio Branco pode ser caracterizada no quadro a seguir, no qual é interessante observar a predominância do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Pessoas presentes, de 10 anos e mais, segundo os ramos de atividade (1.º-VII-1950)

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Números absolutos	% sôbre o total
Agricultura, pecuária e silvicultura	3 311	26,95
Indústrias extrativas	1 006	8,19
Indústrias de transformação	325	2,65
Comércio de mercadorias	185	1,51
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	5	0,04
Prestação de serviços	376	3,06
Transportes, comunicações e armazenagem	160	1,30
Profissões liberais	7	0,06
Atividades sociais	201	1,64
Administração pública, Legislativo e Justiça	262	2,13
Defesa nacional e Segurança pública	108	0,88
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	5 521	44,93
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	7	0,06
Condições inativas	811	6,60
TOTAL	**12 285**	**100,00**

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

Tenha-se em vista que os efetivos correspondentes aos três últimos ramos discriminados não se prestam, evidentemente, para definir a atividade econômica do Território. Diminuídos, portanto, do total, resulta que, em 5 946 pessoas presentes de 10 anos e mais, exercendo atividades em diversos setores, 3 311 pessoas, ou sejam, 55,68%, estavam ocupados na "agricultura, pecuária e silvicultura". A economia baseia-se, assim, quase que inteiramente nessa atividade.

As indústrias extrativas destacam-se menos, porém, apresentam evidente importância local.

Agropecuária — E' principalmente a pecuária que caracteriza a economia de Rio Branco. Trata-se de atividade muito importante para o Território. Aliás, a própria con-

figuração geográfica local é muito favorável, notadamente a da região denominada Alto Rio Branco, onde predominam os chamados "campos gerais", cuja área atinge cêrca de 50 000 km².

A própria história do desbravamento e povoamento do Território está ìntimamente ligada à criação de gado. LOBO D'ALMADA, quando governador do Amazonas, ao expulsar alguns espanhóis que se haviam localizado na hoje cidade de Tefé, arrebanhou algumas rezes que os mesmos abandonaram na fuga. Levou-as para os "campos" do Rio Branco, fundando a "Fazenda do Rei", depois denominada de São Bento.

Mais tarde, JOSÉ ANTÔNIO ÉVORA estabeleceu a Fazenda de São José, cabendo ao comandante do Forte São Joaquim, capitão NICOLAU DE SÁ SARMENTO, a fundação da Fazenda de São Marcos.

Êsses três estabelecimentos rurais formaram, assim, os núcleos de colonização do atual Território.

O gado vacum absorve, pràticamente, tôdas as atividades pastoris, como se vê abaixo (estimativa do Serviço de Estatística da Produção, para 31-XII-1953):

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Bovinos	185 000
Eqüinos	8 500
Asininos e muares	250
Suínos	8 000
Ovinos	5 000
Caprinos	2 000

A importância do rebanho bovino do Território não é apenas local, segundo as estimativas do mesmo serviço, para o ano indicado:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS (% sôbre a Região Norte)
Guaporé	0,60
Acre	2,54
Amazonas	7,48
Rio Branco	17,03
Pará	67,80
Amapá	4,55
Região Norte	100,00

A ação do Govêrno tem-se feito sentir através da Divisão de Produção, Terras e Colonização, que vem prestando, na medida do possível, auxílio aos produtores, quer pela vacinação dos rebanhos, quer pelo fornecimento de arame farpado e reprodutores.

No que diz respeito à agricultura, divulgam-se a seguir, em ordem de maior valor, a produção correspondente às principais culturas, para o período de 1950 a 1952 (dados do Serviço de Estatística da Produção):

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA (ha)			QUANTIDADE (t)			VALOR (Cr$ 1 000)		
	1950	1951	1952	1950	1951	1952	1950	1951	1952
Mandioca	93	98	98	970	970	1 015	145	150	785
Fumo em fôlha	115	30	90	90	22	63	300	90	504
Milho	90	82	90	60	54	162	130	126	324
Banana	12	28	39	(1) 5	(1) 13	(1) 24	60	128	264
Arroz com casca	18	36	40	43	63	99	54	94	247
Feijão	22	21	20	20	31	30	99	153	180
Abacaxi	2	3	3	(2) 13	(2) 16	(2) 15	104	80	75
Batata doce	2	2	2	14	10	10	42	30	25
Cana-de-açúcar	2	2	2	100	100	75	15	17	15
Laranja	1	1	1	(2) 32	(2) 30	(2) 30	10	9	9
Tomate	0	—	—	1	—	—	20	—	—
TOTAL	357	303	385	—	—	—	979	877	2428

(1) Quantidades expressas em 1 000 cachos. — (2) Quantidades expressas em 1 000 frutos.

Como se vê, a produção é muito oscilante, de ano para ano. Não há, pròpriamente, uma cultura predominante: em 1950, a principal foi fumo em fôlha; em 1951, feijão, em 1952, mandioca.

O valor atingido pelas principais culturas não ultrapassa a 2 500 milhares de cruzeiros.

Os dados correspondentes às quantidades, comparados com os da população do Território, oferecem resultados "per capita" muito modestos (ano de 1952):

PRODUTOS	PRODUÇÃO (kg/hab.)
Feijão	1,5
Mandioca	51,6
Banana (cacho/hab.)	1,2
Milho	8,2
Arroz com casca	5,0
Batata doce	0,5

Êsses cálculos foram feitos à base da estimativa da população do Território calculada pelo Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística para 1.º-VII-1952: 19 656 habitantes.

A produção anual por habitante de 1,5 quilos de feijão, 51,6 quilos de mandioca, etc., é realmente modesta. Isto significa que, apesar das condições favoráveis, a atividade agrícola ainda não tem suficiente desenvolvimento no Território.

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A EXTRAÇÃO de diamantes vem-se transformando em importante fonte de renda para o Rio Branco, motivando, inclusive, o êxodo da população para os garimpos, em detrimento de outras atividades.

A garimpagem do diamante, realizada empìricamente, sem organização, utilizando-se de processos rústicos, cujos instrumentos exclusivos são a pá, a peneira, a enxada e a picareta, é praticada preferencialmente no verão, época das sêcas. Os principais pontos de exploração localizam-se na Região Montanhosa, nas zonas do Tepequem (que é o mais próximo da Capital), Cotingo e Maú, grande parte da produção sendo vendida nos próprios locais de mineração.

O próprio govêrno territorial tem contribuído para essa diversificação da economia riobranquense, procurando auxiliar os garimpeiros, instalando postos de assistência médica e escolas, nas zonas de maior afluência.

A recente descoberta de ouro no rio Machado (Território do Guaporé) provocou sensível decréscimo naquele contingente, o que mais uma vez reflete o nomadismo que distingue o garimpeiro e que coloca a economia do Território ao sabor de flutuações bruscas.

Os dados abaixo referem-se às vendas de diamantes efetuadas no mercado interno e revelam a importância da indústria diamantífera, embora não traduzam com fidelidade sua real situação, pois a evasão ao fisco, segundo cálculos locais, atinge até 70% da produção real:

ANOS	VENDAS	
	Quilates	Valor (Cr$ 1 000)
1947	19 028,92	8 071
1948	8 098,56	4 059
1949	12 996,36	4 524
1950	13 719,25	5 819
1951	7 317,70	4 642
1952	5 550,87	3 755

Fonte — Diretoria das Rendas Internas.

Deve-se dizer, porém, que o diamante não é a única riqueza mineral do Território, e sim, a única que se explora. Dispõe, também, de reservas de bauxita, cassiterita, cristal de rocha, etc., existindo mesmo fortes indícios de lençóis petrolíferos, notadamente nas fronteiras com a Venezuela.

INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL

ENQUANTO a economia das demais Unidades da bacia amazônia repousa fundamentalmente na exploração de seus recursos vegetais, no Rio Branco cabe-lhe um papel secundário, conquanto isto não signifique que o Território seja desprovido do principal produto vegetal da Amazônia, a borracha, em tôdas as suas distintas variedades, bem como a castanha-do-pará.

O confronto dos resultados da indústria extrativa mineral e vegetal é deveras notável, acentuando a posição "sui generis" do Território, na Amazônia, ditada pelas peculiaridades geográficas regionais.

Essa circunstância, que o distingue na região Norte, é explicada pela existência de três zonas perfeitamente distintas no Território, como já foi explicado anteriormente, sendo que apenas uma, a do Baixo Rio Branco, se integra na configuração da Região Amazônica, sob o ponto de vista climático e geomorfológico. E' justamente aí que se encontram as seringueiras. Trata-se de zona alagadiça, onde as condições mesológicas são extremamente hostis, decorrendo daí uma rarefação demográfica mais acentuada, o que dificulta a exploração vegetal.

Dêsse modo, é de pequeno porte a indústria extrativa vegetal do Território. Apenas 2 produtos, a borracha e a castanha-do-pará, são explorados, cujos resultados são os seguintes, segundo o Serviço de Estatística da Produção, para o período de 1949 a 1952:

PRODUTOS	QUANTIDADE (t)		VALOR (Cr$ 1 000)
Borracha	1949	18	238
	1950	142	2 076
	1951	34	624
	1952	54	1 109
Castanha-do-pará	1949	1 081	2 444
	1950	240	1 223
	1951	240	1 223
	1952	468	3 363

Revelam êsses dados um declínio no interêsse pela exploração, uma vez que se verificou uma alta no valor médio da produção, o que lògicamente deveria provocar um aumento na produção. O valor médio da tonelada de borracha passou de Cr$ 13 222 a Cr$ 20 537 no período abrangido, enquanto que em relação à castanha-do-pará, a tonelada média passou de Cr$ 3 186 a Cr$ 7 186.

E', também, nessa zona que se encontram grandes reservas florestais, ainda não exploradas racionalmente, deixando dêsse modo de constituir excelente fonte de renda para a economia local. Sabe-se, no entanto, da existência de ótimas madeiras de lei: aguano, cedro, sucupira e outras.

O aproveitamento de riquezas de origem animal também é insignificante, sendo sua produção de pescado em 1952 de 56 toneladas no valor de 478 milhares de cruzeiros, devendo destinar-se essencialmente ao consumo local.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

SEGUNDO os resultados preliminares do Censo Industrial, apurados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, a indústria de transformação era representada por apenas dois ramos: "transformação de minerais não metálicos" (5 estabelecimentos, ocupando 109 operários, na data de 1.º-I-1950, e com um valor da produção de 1 379 milhares de cruzeiros) e "vestuário, calçado e artefatos de tecido", cujos dados foram omitidos a fim de evitar a individualização dos mesmos.

TRANSPORTES E VIAS DE COMUNICAÇÃO

OS DIVERSOS estudos já realizados sôbre a Amazônia, visando à apresentação de planos e projetos relativos à sua recuperação econômica, são unânimes em apontar a deficiência de transportes como um dos maiores entraves ao seu desenvolvimento.

A solução dêsse problema, se não total pelo menos parcialmente, se afigura imprescindível a qualquer tentativa de um maior aproveitamento de suas riquezas naturais. Essa circunstância, a dependência em que se encontra a economia amazônica em relação aos transportes, origina verdadeiro círculo vicioso: a fragilidade da produção local e a baixa densidade demográfica não animam à constituição de grandes emprêsas particulares de transportes; por outro lado, a dificuldade de escoamento não pode, evidentemente favorecer o incremento da produção e com isso o povoa-

mento daquela imensa área se ressente da falta de comunicações.

Dadas as condições geográficas especiais da Amazônia, a navegação fluvial constitui o meio de transporte por excelência, qualquer solução de aproveitamento da vasta rêde potamográfica deve merecer o máximo interêsse das autoridades governamentais, pois os rios em inúmeros casos, constituem o único meio de acesso a várias zonas .

Mais do que em qualquer das outras Unidades da Federação que compõem a Região Norte, o Território do Rio Branco tem no transporte o seu problema fundamental, pois, são apenas duas as vias de transporte de que se serve: a fluvial e a aérea.

Navegação fluvial — E' a principal via de transporte do Território, muito embora não atenda convenientemente às suas necessidades.

O serviço de navegação é feito por 3 emprêsas, das quais uma de propriedade do Govêrno do Território, e através do rio Branco, em cujas margens se encontram as duas localidades de maior concentração demográfica: Boa Vista e Caracaraí. Em 1952, entraram no pôrto de Boa Vista 643 embarcações e sairam 165, com um movimento de 2 760 passageiros entrados e 4 031 saídos.

A navegação no rio Branco se divide em dois trechos, forçada pelas suas condições de navegabilidade: o primeiro que vai de Boa Vista, na zona denominada Alto Rio Branco, até Caracaraí; a navegação neste trecho se torna absolutamente impraticável no período de estiagem (setembro a abril) e bem dificultosa mesmo nas cheias, devido a seu leito encachoeirado, pouco acima de Caracaraí. O 2.º trecho na região do Baixo Rio Branco, que vai desta última localidade até a foz do rio Negro, é perfeitamente navegável (na época das sêcas apresenta algumas dificuldades) por lanchas e "motores" de até 5 toneladas, os quais rebocam outras embarcações de até 70 toneladas.

O percurso Caracaraí-Manaus (540 milhas) é coberto, no inverno, em 8 a 10 dias para subir e em 4 dias para descer, e, na estiagem, da capital amazonense àquela vila leva-se de 15 a 20 dias e, em sentido contrário, de 8 a 10 dias. A simples indicação do tempo gasto nessa viagem (sem se considerar o restante do trajeto até Boa Vista), dispensa quaisquer comentários sôbre as dificuldades com que se depara a população do Território

em seu intercâmbio econômico e social com outros centros, através de sua via natural de transporte.

Transporte aéreo — Tem sido de grande valia para o Território êsse tipo de transporte, o qual muitas vêzes substitui a navegação fluvial inclusive no transporte de gêneros alimentícios.

Os dados sôbre o movimento aéreo-comercial, fornecidos pela Diretoria de Aeronáutica Civil, relativos aos anos de 1945 e 1952, apresentam a crescente importância do tráfego aéreo-comercial no Rio Branco:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
	1945	1952
Número de aeroportos	1	1
Número de pousos	38	101
Passageiros (1)		
Desembarcados	349	1 293
Embarcados	287	1 186
Bagagem (kg)		
Desembarcada	6 925	22 147
Embarcada	4 496	17 510
Carga (kg)		
Desembarcada	3 898	60 905
Embarcada	399	4 744
Correio (kg)		
Desembarcado	78	1 349
Embarcado	55	353

(1) Inclusive os passageiros transportados gratuitamente em vôos comerciais.

O Território é servido pela emprêsa dos "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda." e pelo "Correio Aéreo Nacional", sendo que êste faz duas viagens mensais e atende à região do Alto Rio Branco. A primeira inaugurou, em dezembro de 1953, duas linhas internacionais com pouso obrigatório em Boa Vista — uma para a Venezuela e outra para a Guiana Inglêsa.

A rapidez e a eficiência do transporte aéreo podem ser, em parte, apontadas como um dos fatôres que vem contribuindo para a mudança da base econômica do Território, antes fundamentada principalmente na pecuária que agora pouco a pouco vem sendo sobrepujada pela extração diamantífera que encontra na via aérea facilidades de transporte, o que não ocorre em relação à pecuária.

Transporte rodoviário — Em 30 de junho de 1953, segundo a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, era o seguinte o número e

espécie dos veículos a motor em tráfego no Território:

VEÍCULOS EM TRÁFEGO	NÚMERO
Automóveis para passageiros	16
Ônibus	4
Caminhões	46
Tratores e máquina de terraplenagem	12
Motocicletas	9

O reduzido número de veículos existentes é explicado pela carência de estradas de rodagem. Em todo o Território a extensão da rêde rodoviária atinge 285 quilômetros.

Aliás, há uma única estrada de real valor no Rio Branco: é a que liga Boa Vista a Caracaraí, superando o trecho encachoeirado do rio Branco. Mesmo essa rodovia é deficiente, tornando-se de todo intransitável no inverno. Felizmente permite o tráfego no verão, época em que o referido rio, nesse trecho, não é navegável devido à estiagem. Êsse percurso é coberto normalmente em 6 a 8 horas, sendo de grande importância para a região, embora dependa ainda de melhoramentos e obras de arte, notadamente no Baixo Rio Branco. Seu traçado deverá ser futuramente aproveitado ao executar-se a ligação "Manaus-Caracaraí-Boa Vista", constante do Plano Rodoviário Nacional, cuja importância para aquela região é fácil de se aquilatar.

Afora a mencionada rodovia, as demais existentes podem ser consideradas vias naturais de passagem, facilitadas pela topografia do Alto Rio Branco.

Estão projetadas duas estradas, uma ligando Boa Vista à localidade Conceição do Maú, na fronteira com a Guiana Inglêsa e outra ligando o Território ao vizinho Estado do Amazonas.

Vias de comunicação — Em todo o Território encontram-se uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e 10 agências radiotelegráficas; dessas últimas 9 pertencem ao Govêrno do Território e uma ao Ministério da Guerra.

Das agências radiotelegráficas 6 estão localizadas no interior do Território, duas na Capital e uma em Manaus (AM) e uma no Distrito Federal; as duas últimas acham-se instaladas nas representações do Território do Rio Branco nessas cidades.

MOVIMENTO BANCÁRIO

O Território do Rio Branco e o do Amapá são as duas Unidades da Federação que menor número de estabelecimentos bancários

apresentam: em ambas, apenas 2 estabelecimentos, em 31 de dezembro de 1953.

No Rio Branco não há nenhuma matriz de banco. Os 2 estabelecimentos existentes representam, pois, sucursais, uma delas do Banco do Brasil, localizada na Capital.

Foram os seguintes os saldos existentes na mesma data:

	Saldos em 31-XII-1953 (Cr$ 1 000)
Empréstimos em conta corrente	4 933
À pecuária	3 219
A outros beneficiários	1 714
Títulos descontados	4 819
Depósitos	9 651
À vista e a curto prazo	8 614
A prazo	1 037

O saldo dos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil às atividades econômicas, no Território, atingiu 7 243 milhares de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1953.

Quanto aos financiamentos concedidos pelo govêrno federal, em vigor na data de 31 de dezembro de 1953, o Banco do Brasil concedeu 3 633 milhares de cruzeiros às atividades econômicas do Território, sendo que a pecuária absorveu 97% do valor dos saldos (3 508 milhares de cruzeiros); os 125 milhares de cruzeiros restantes couberam à agricultura.

COMÉRCIO

Mais de 70% da população do Território vive na zona rural e o fato não poderia deixar de contribuir para que o comércio se concentrasse quase todo em Boa Vista.

O Recenseamento de 1950 arrolou 66 estabelecimentos que em janeiro do mesmo ano ocupavam 132 pessoas e cujas vendas de mercadorias atingiram 19 967 milhares de cruzeiros, no ano de 1949:

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS ATACADISTAS	ESTABELECIMENTOS VAREJISTAS
Em 1.º-1-1950		
Número de estabelecimentos	4	62
Pessoal ocupado ..	18	114
Administração ...	5	69
Empregados	13	45
Ano de 1949		
Vendas de mercadorias (Cr$ 1 000) ..	2 860	17 107

O principal ramo de comércio é o de "mercadorias em geral, com gêneros alimentícios", com 39% (7 775 milhares de cruzeiros) do mon-

tante de vendas de mercadorias do comércio em geral (19 967 milhares de cruzeiros).

O valor total das vendas mercantis, também denominado de "giro comercial", é um bom índice do volume das transações comerciais efetuadas no Território, e é calculado à base da arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, o qual incide pràticamente sôbre tôdas as vendas, constituindo a única exceção de certo porte as vendas efetuadas pelos pequenos agricultores.

O Território do Rio Branco, cuja população é muito inferior à do Amapá, apresentou o seguinte desenvolvimento do giro comercial:

	(Cr$ 1 000)		ÍNDICES	
	Rio Branco	*Amapá*	*Rio Branco*	*Amapá*
1945 ..	38 160	9 280	100	100
1948 ..	13 920	12 720	36	137
1952 ..	38 240	45 280	100	488

Comércio exterior — Muito embora não haja dados oficiais disponíveis relativos à exportação de mercadorias do Território, sabe-se que a exportação clandestina do gado em pé e, especialmente, de diamantes, é muito grande, destinando-se principalmente à Venezuela e Guiana Inglêsa. Quanto à importação, o ano de 1950 foi o último em que houve entrada de mercadorias procedentes do exterior: apenas 2 toneladas, num valor de 55 milhares de cruzeiros, assim discriminadas: 2 geladeiras, 1 caminhão ou outro carro para transporte de mercadorias e 37 embarcações a remo.

Comércio interestadual — O comércio interestadual do Território é feito através das vias aérea, postal e fluvial (ou cabotagem).

Uma vez que o intercâmbio comercial do Rio Branco com o exterior é pequeno, a exportação e a importação, com as demais Unidades da Federação, assumem um papel importante para a sua economia.

A principal mercadoria exportada é o diamante que, pelo seu reduzido pêso e alto valor comercial, segue, por via aérea, para o Distrito Federal. Em 1950, essa exportação rendeu 11 097 milhares de cruzeiros e, em 1951, 4 670 milhares de cruzeiros.

A importação do Território é feita, preferentemente, pela cabotagem, importação essa que, segundo o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, atingiu 37 274 milhares de cruzeiros, 42 855 milhares de cruzeiros e 41 428 milhares de cruzeiros, nos anos de 1949, 1950 e 1951, respectivamente.

As principais mercadorias importadas, nos anos referidos, são as seguintes:

MERCADORIAS	(Cr$ 1 000)		
	1949	1950	1951
Açúcar	1 087	1 267	1 789
Aguardente	854	755	936
Arroz com casca	630	884	1 096
Café em grão	893	1 870	2 320
Cerveja	645	1 414	1 478
Cimento "Portland comum"	1 115	714	391
Farinha de trigo	735	980	1 432
Gasolina	1 365	382	595
Manteiga	460	600	726
Máquinas, aparelhos elétricos e artigos eletrônicos	1 270	1 841	929
Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios	2 719	6 936	3 645
Perfumarias	628	1 096	724
Tecidos de algodão	4 554	4 694	4 943
Outros	20 319	19 422	20 424
TOTAL	37 274	42 855	41 428

CUSTO DA VIDA

O CUSTO da vida é dos mais elevados em todo o Brasil. Com uma lavoura incipiente, cujos produtos não satisfazem às necessidades vitais da população, são importados os artigos indispensáveis ao consumo, inclusive gêneros alimentícios.

Por outro lado, a grande distância que separa o Território de outras praças comerciais do país e a morosidade nos transportes existentes (822 km, por via fluvial, separam Boa Vista de Manaus) fazem com que grande parte do abastecimento da população seja feito por via aérea, sob fretes elevadíssimos.

A série constituída pelos números índices revela o aumento que sofreu o custo da vida em Boa Vista, Capital do Território (índices geométricos ponderados, calculados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho).

ANOS	ÍNDICES (Janeiro de 1948 = 100)
1948	136
1949	150
1950	157
1951	186
1952	196
1953	196

Veja-se a série correspondente às Capitais das Unidades da Federação que formam a Região Norte, em igual período:

CAPITAIS	índices (janeiro de 1948 = 100)					
	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Pôrto Velho (GR)	137	149	158	181	209	229
Rio Branco (AC)	141	148	155	164	181	208
Manaus (AM)	134	145	148	158	192	213
Boa Vista (RB)	136	150	157	186	196	196
Belém (PA)	122	139	141	156	176	202
Macapá (AP)	109	115	119	131	147	177

De 1952 para 1953 o nível do custo de vida permaneceu estacionário, enquanto que em outras Capitais da Região Norte do país os índices continuaram em nível ascendente. Boa Vista foi a Capital brasileira onde se registraram os mais elevados preços médios no comércio varejista dos seguintes gêneros alimentícios (dados do Serviço de Estatística da Produção para o ano de 1952):

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	PREÇOS MÉDIOS (Cr$/kg)	
Açúcar	8,00	
Arroz	8,60	
Banha	29,40	
Café em pó, tipo médio	50,00	
Charque ou carne sêca	29,80	
Manteiga	78,80	
Milho	4,00	
Ovos	30,00	(Cr$/dúzia)

Quanto ao açúcar e ao café em pó, os preços médios em Boa Vista, no ano em causa, são idênticos aos observados nas cidades de Rio Branco (Território do Acre) e Pôrto Velho (Território do Guaporé), respectivamente.

Para se ter uma idéia de quanto gastam os habitantes do Território com a sua alimentação, comparem-se os preços médios de alguns gêneros alimentícios nas cidades de Boa Vista e Manaus (dados do Serviço de Estatística da Produção e Inspetoria Regional de Estatística Municipal):

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Unidade	PREÇOS MÉDIOS			
		Boa Vista		Manaus	
		1951	1952	1951	1952
Açúcar	Cr$/kg	7,00	8,00	6,20	6,80
Arroz	»	7,50	8,60	5,70	(1) 6,70
Banha	»	29,30	29,40	23,00	25,30
Batata inglêsa	»	19,50	19,20	10,30	(2)11,10
Café em pó, tipo médio	»	49,20	50,00	34,40	40,00
Carne de vaca	»	7,00	8,00	11,00	17,50
Cebola	»	20,60	19,90	10,00	12,60
Charque ou carne sêca	»	27,80	29,80	24,20	27,90
Farinha de mandioca	»	4,00	4,80	3,10	3,80
Farinha de trigo	»	10,00	10,30	6,10	8,00
Feijão prêto	»	(3)(4) 8,00	8,90	(5) 6,70	...
Leite	Cr$/litro	5,00	5,30	3,90	4,30
Manteiga	Cr$/kg	51,00	78,80	51,80	70,00
Milho	»	3,90	4,00	2,90	3,30
Ovos	Cr$/dúzia	27,00	30,00	15,30	18,00
Pão	Cr$/kg	10,00	9,80	5,90	7,50
Sal	»	3,30	3,50	1,50	1,80
Toucinho	»	15,00	16,30	(6)30,50	(7)13,50

(1) Arroz de 2.ª qualidade. — (2) Média de 3 trimestres. — (3) Feijão mulatinho. — (4) Média de 6 meses. — (5) De abril em diante feijão mulatinho. — (6) Toucinho salgado. — (7) Média de 2 trimestres.

MELHORAMENTOS URBANOS

A CIDADE de Boa Vista possui 1 042 prédios, sendo 786 na zona urbana e 256 na zona suburbana. O tipo predominante é o de alvenaria e o material utilizado nas construções provém, em sua maior parte, de Manaus.

A municipalidade mantém serviços de abastecimento dágua e de iluminação pública e domiciliária. O primeiro foi inaugurado em 1948, portanto, 4 anos depois de Boa Vista ser a Capital do Território, e o segundo, em 1934.

Segundo a Inspetoria Regional de Estatística Municipal, no ano de 1952 a cidade de Boa Vista contava com 437 prédios abastecidos dágua. O município da Capital e a Vila de Caracaraí possuíam iluminação elétrica. Na primeira existiam 11 logradouros iluminados em tôda a sua extensão, 17 parcialmente iluminados e 420 ligações domiciliares; na Vila de Caracaraí 4 logradouros eram iluminados e existiam 63 ligações domiciliares.

Boa Vista não possui serviço de esgôto sanitário. As casas na maior parte, usam sanitários padronizados pelo Serviço Especial de Saúde Pública e as demais usam fossas.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

OS PROBLEMAS principais do Território são transporte, educação e saúde. O primeiro já foi apresentado em capítulo anterior; quanto aos dois últimos, acham-se intimamente ligados, o que seria difícil estudá-los separadamente, sendo, pois, preferível reuni-los em um só capítulo.

A deficiência de transportes e a enorme distância que separa o Território dos centros mais civilizados — 662 km em linha reta de Boa Vista, Capital do Território, a Manaus, Capital do Amazonas — podem ser apontados como os principais responsáveis pelo retardamento do progresso.

Em 1944, um ano após ter sido instalado o Território, a situação em que se encontrava a instrução era verdadeiramente impressionante. Em tôda esta vasta região contavam-se apenas 5 unidades escolares, com uma matrícula geral equivalente a 415 alunos. O Govêrno do Território, através de sua Divisão de Educação, atacou com energia êste grave pro-

blema e, em 20 de junho de 1945, o Capitão Ene Garcez dos Reis, primeiro governador do Território, anunciava: "Apenas com dois meses de instalada, a Divisão de Educação já criou um grupo escolar que corresponde a 7 escolas; criou uma escola noturna e 6 no interior, sendo 3 na zona de Murupu, 2 na zona de Taiana e 1 em São Sebastião. Dentro de um mês serão instaladas mais 3: 1 em Caracaraí, 1 em Vista Alegre e 1 em São José do Ananá. Resumindo: há atualmente 1 grupo escolar e 7 escolas em funcionamento".

O Recenseamento de 1950, veio comprovar que no Território, em geral, bem como em Boa Vista, 61% da população de 5 anos e mais eram constituídos de analfabetos: 8 903 e 8 419 pessoas, respectivamente.

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	
	No Território	Em Boa Vista
Sabem ler e escrever	5 721	5 473
Não sabem ler e escrever	8 903	8 419
Sem declaração	18	17
TOTAL	14 642	13 909

O Território em 1950 contava com 3 404 pessoas em idade escolar (pessoas presentes de 7 a 14 anos). Se tôdas essas pessoas freqüentassem a escola, o número médio de alunos por unidade escolar seria de 170; no entanto, apenas 1 391 pessoas cursavam as 20 unidades escolares do ensino primário fundamental comum existentes na mesma data, o que dá uma freqüência média por unidade escolar de 70 pessoas. A taxa de escolaridade equivale a 41% (percentagem da matrícula geral sôbre as pessoas presentes de 7 a 14 anos).

Convém assinalar que os confrontos estabelecidos devem ser entendidos com certas ressalvas, a começar pela idade escolar, arbitràriamente limitada na faixa de 7 a 14 anos.

Com o progresso por que vem passando a região, já em 1952 a situação estava bem alterada, pois, de acôrdo com os dados fornecidos pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal, existem 26 unidades escolares do ensino primário (23 do Govêrno e 3 de propriedade particular); dêsse total, 7 unidades estão localizadas na Capital. A matrícula geral no ensino primário alcançou um índice animador: 2 048 alunos.

Quanto ao ensino não primário, a população conta com a existência de uma unidade escolar de ensino pedagógico, o Curso Normal Regional "Monteiro Lobato", fundado pelo

Govêrno Federal em 1949, bem como a do Ginásio "Euclides da Cunha", de propriedade da Prelazia do Rio Branco. Ambos os estabelecimentos estão situados na Capital.

Ao ser criado o Território, a população se encontrava em precárias condições de saúde. Estudiosos da vida local chegam a afirmar que naquela época os habitantes do Território eram doentes. Um inquérito local revelou que quase não havia pessoas sadias. Inúmeras doenças atacavam a população que vivia em casas desprovidas de quaisquer requisitos de higiene. O impaludismo, verminose, tuberculose e avitaminoses eram responsáveis pelo estado de depauperamento em que vivia o habitante da região, incapacitando-o para o trabalho, fato êste ao qual também se aliava o elevado custo da alimentação, que fazia do habitante da região um subnutrido.

O serviço de assistência médico-sanitária existente então era deficiente.

Em 1952, o único hospital existente no Município da Capital, o "Hospital Nossa Senhora de Fátima", contava com 50 leitos; além da Divisão de Saúde, localizada em Boa Vista, o Território possuía, naquela data, 11 postos médicos no interior que atendiam ao serviço de ambulatório. No mesmo ano existiam 10 médicos no exercício da profissão e 17 enfermeiros, todos servidores do Govêrno Territorial.

As Campanhas sanitárias são promovidas pelo Serviço Nacional da Malária e pelo Govêrno do Território e constam de dedetização e distribuição de anti-maláricos. No ano de 1952 o serviço foi feito parcialmente na Capital, no Alto-Rio Branco e Baixo-Rio Branco. A serviço da população local encontram-se também 4 farmácias, sendo 1 do Govêrno.

Outro aspecto do estado de saúde da população é o elevado índice de mortalidade infantil, o que determinou a acertada criação da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, cujos serviços prestados têm sido inestimáveis.

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS

O Govêrno do Território não se descuidou do setor das atividades culturais em seu programa de desenvolvimento e amparo à população do Rio Branco.

Instalou na Capital a Biblioteca Pública e o "Jornal Boa Vista"; aquela fundada em 1945,

já no ano de 1953 possuía 1 989 volumes (dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura), com um movimento de consultas igual a 6 771. O jornal, fundado em 1948, possuía uma tiragem média, naquela data, de 350 exemplares. O "Boletim Oficial", semanário, em que se publicam todos os atos oficiais do Território, é também subordinado ao Govêrno. Circula ainda o semanário "O Átomo", de propriedade particular, com a tiragem média de 750 exemplares.

Rio Branco em 1953 contava com o "Cine-Teatro Boa Vista" e o "Cine Olímpia", inaugurado nesse ano, ambos localizados no Município da Capital, aos quais compareceram mais de 75 mil espectadores; há, também, um teatro estudantil de propriedade do govêrno do Território com capacidade para 200 pessoas.

No Território, até o ano mencionado, ainda não havia sido instalada nenhuma estação rádio-transmissora.

Quanto a meios de hospedagem, são 4 as pensões existentes de que podem dispor os viajantes que procuram Boa Vista. Nesta cidade está também localizado um grande hotel, de propriedade do govêrno, dispondo de ótimas instalações.

FINANÇAS PÚBLICAS

Os territórios Federais não possuem autonomia financeira; a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, concede-lhes anualmente dotações consignadas no Orçamento Geral da República, as quais, para Rio Branco — exercício de 1954 —, foram assim discriminadas:

VERBAS	(Cr$ 1 000)
Pessoal	25 050
Material	15 010
Serviços e encargos	7 628
Obras, equipamentos e aquisição de imóveis	16 200
TOTAL	63 888

Utilizando-se a estimativa da população do Território calculada pelo Laboratório de Estatística para 1.º-VII-1954 (21 327 habitantes) obtém-se um resultado "per capita" de Cr$ 2 996,00.

A arrecadação dos impostos que competem à União no Território do Rio Branco foi a seguinte, em 1953 (ordem de maior valor):

IMPOSTOS	(Cr$ 1 000)
Vendas e consignações	557
Transmissão "inter-vivos"	136
Transmissão "causa-mortis"	12
Territorial rural	12
Exportação	—
TOTAL [1]	744

[1] Inclusive rendas diversas.

Verifica-se a predominância absoluta do impôsto sôbre vendas e consignações.

Relativamente à receita do Município da Capital (único instalado até agora) a discriminação, segundo a natureza, oferece aspectos interessantes para o período de 1949-1953 (fonte: Conselho Técnico de Economia e Finanças):

NATUREZA DA RECEITA	RECEITA ARRECADADA				
	1949	1950	1951	1952	1953
Números absolutos (Cr$ 1 000)					
TOTAL	**1 537**	**1 391**	**1 534**	**1 775**	**1 915**
Ordinária	992	1 195	1 383	1 710	1 793
Tributária	723	844	970	1 249	1 409
Impostos	360	467	586	722	678
Territorial	19	24	24	25	20
Predial	52	68	55	65	99
Indústrias e Profissões	19	190	366	521	403
Licença	78	83	90	73	80
Jogos e Diversões	17	18	6	8	6
Exploração Agrícola e Industrial	175	84	45	30	70
Taxas	363	377	384	527	731
Patrimonial	37	44	33	38	40
Industrial	183	266	324	360	264
Diversas	49	41	56	63	80
Extraordinária	545	196	151	65	122
Números relativos					
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Ordinária	64,54	85,91	90,16	96,34	93,63
Tributária	47,03	60,68	63,24	70,37	73,57
Impostos	23,42	33,58	38,21	40,68	35,40
Territorial	1,24	1,73	1,56	1,41	1,04
Predial	3,38	4,89	3,59	3,66	5,17
Indústrias e Profissões	1,24	13,66	23,87	29,36	21,04
Licença	5,07	5,97	5,87	4,11	4,18
Jogos e Diversões	1,11	1,29	0,39	0,45	0,31
Exploração Agrícola e Industrial	11,38	6,04	2,93	1,69	3,66
Taxas	23,61	27,10	25,03	29,69	38,17
Patrimonial	2,41	3,16	2,15	2,14	2,09
Industrial	11,91	19,12	21,12	20,28	13,79
Diversas	3,19	2,95	3,65	3,55	4,18
Extraordinária	35,46	14,09	9,84	3,66	6,37

O que mais caracteriza a receita de Boa Vista são as altas quotas correspondentes aos impostos sôbre "exploração agrícola e industrial" e de "licença", que ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, na arrecadação municipal, quando, concernentemente a outros municípios brasileiros, com poucas exceções, a base de tributação é o impôsto de "indústrias e profissões". Tenha-se em vista que o impôsto "exploração agrícola e industrial" tende a desaparecer.

Também as altas quotas das taxas na tributação não são comuns entre os Municípios de outras Unidades da Federação.

Foi a seguinte a despesa realizada do Município de Boa Vista, no qüinqüênio 1949-53:

ANOS	(Cr$ 1 000)
1949	1 530
1950	1 508
1951	1 520
1952	1 739
1953	1 925

A maior parcela, na despesa, coube ao serviço de Utilidade Pública: em 1953, 32% do total.

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Estatística geral e aplicada — CROXTON e COWDEN	500,00
Métodos estatísticos aplicados à economia e aos negócios — MILLS	230,00
Introdução à teoria da estatística — YULE e KENDALL	200,00
Anuário estatístico do Brasil — 1953	100,00
Idem — 1954	100,00
Curso elementar de estatística aplicada à administração — GIORGIO MORTARA	80,00
Exercícios de estatística — LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO	80,00
Pontos de estatística — Idem	80,00
Anuário Estatístico do Brasil — 1952	80,00
Gráficos — Construção e emprêgo — ARKIN e COLTON	80,00
Estatística do comércio exterior (janeiro a junho de 1953)	70,00
Idem (janeiro a setembro de 1953)	70,00
Idem (janeiro a dezembro de 1953)	60,00
Idem (janeiro a março de 1954)	60,00
A teoria da indução estatística — JORGE KINGSTON	50,00
Divisão Territorial do Brasil	50,00
Tábuas itinerárias brasileiras — 1950	50,00
Nomenclatura brasileira de mercadorias (2.ª edição)	30,00
Índice alfabético da nomenclatura brasileira de mercadorias	20,00

PERIÓDICOS

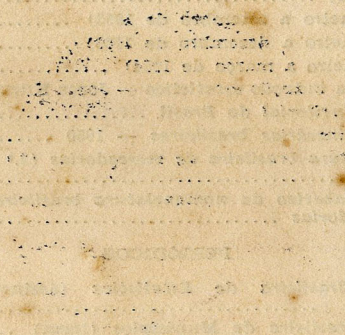
Revista Brasileira de Estatística (assinatura anual)	80,00
Revista Brasileira de Municípios (idem)	80,00
Boletim Estatístico (idem)	40,00

Vendas pelo reembôlso postal ou mediante remessa do numerário correspondente, por cheque, vale postal ou carta com valor declarado. Os funcionários de órgãos do sistema estatístico e os professôres e alunos de cursos oficiais de estatística têm direito a um desconto de 50%.

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Presidente: Elmano Cardim

Secretário-Geral: Waldemar Lopes



ESTA publicação faz parte de uma série de três monografias regionais organizadas pelo Serviço de Divulgação (Diretoria de Documentação e Divulgação) da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Foi composta e impressa aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e cinqüenta e quatro, no Serviço Gráfico do IBGE.

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA